



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE GOIÁS  
Rua 235 QD. 68 Lote Área, nº 285 - Bairro Setor Leste Universitário  
Goiânia-GO, CEP 74605-050  
- <http://hc-ufg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI  
Processo nº 23760.019882/2024-66

1. DO OBJETO

- 1.1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, com intuito de promover a reforma para implementação do novo Laboratório Clínico do HC-UFG/EBSEH, de acordo com especificações, encartes e instruções complementares previstas no Edital e Termo de Referência.
- 1.2. O resumo do objeto está discriminados no **Quadro 01**.

Quadro 01: Resumo do Objeto.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	20060	Contratação de empresa especializada na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, com intuito de promover a reforma para implementação do novo Laboratório Clínico do HC-UFG/EBSEH	por cento	100	R\$ 132.061,46

- 1.3. Os seguintes ENCARTES integram este Termo de Referência (TR):
- 1.3.1. ENCARTE A – Estudo Técnico Preliminar - ETP 218/2024 (SEI nº 43983102);
  - 1.3.2. ENCARTE B – Termo de Vistoria ou Termo de Declaração de Conhecimento pleno do Objeto (SEI nº 43846577);
  - 1.3.3. ENCARTE C – Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 43846686);
  - 1.3.4. ENCARTE D – Requisitos para elaboração dos produtos (SEI nº 43846698); (o mesmo do Anexo IV do Estudo Técnico Preliminar)
  - 1.3.5. ENCARTE E – Termo de Garantia de execução de serviço (SEI nº 43846799);
  - 1.3.6. ENCARTE F – Modelo de carimbo (SEI nº 43846812);
  - 1.3.7. ENCARTE G – Diretrizes para capa de documentos (SEI nº 43846848);
  - 1.3.8. ENCARTE H – Modelo de orçamento, de cronograma físico financeiro e de detalhamento de taxas de BDI (SEI nº 43846856);
  - 1.3.9. ENCARTE I – Modelo de registro de reunião (SEI nº 43846871);
  - 1.3.10. ENCARTE J – Termo de Recebimento de etapas (SEI nº 43846898);
  - 1.3.11. ENCARTE K – Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 43846914);
  - 1.3.12. ENCARTE L – Modelo de proposta de preço (SEI nº 43846958);
  - 1.3.13. ENCARTE M – Relação de equipe técnica mínima para responsabilização técnica (SEI nº 43846992);
  - 1.3.14. ENCARTE N – Modelo de envio de documentos de habilitação e aceitação de proposta (SEI nº 43847008);
  - 1.3.15. ENCARTE O – Declaração de disponibilidade de instalações aparelhamento e pessoal técnico (SEI nº 43847124);

- 1.3.16. ENCARTÉ P – Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e Termo de compromisso de execução dos serviços e de cessão de direitos autorais e patrimoniais (SEI nº 43847182);
- 1.3.17. ENCARTÉ Q – Termo de compromisso de disponibilidade da Contratada (SEI nº 43847244);
- 1.3.18. ENCARTÉ R – Cronograma de execução dos projetos (SEI nº 43963614)
- 1.3.19. ENCARTÉ S – Detalhamento da taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (SEI nº 43847325);
- 1.3.20. ENCARTÉ T – Lista de Presença para visita técnica (SEI nº 43847354);
- 1.3.21. ENCARTÉ U – Modelo de planilha de programa de necessidades (SEI nº 43847370);
- 1.3.22. ENCARTÉ V – Matriz de Riscos (SEI nº 43847458).

**1.4. Trata-se de serviço comum de engenharia a ser adquirido por meio de Dispensa de Licitação em sua forma eletrônica, com base artigo 79, no Inciso I, do do RLCE 2.0.**

1.5. O detalhamento das características do objeto deste certame estão apresentadas no item 6 ("DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO") deste TR.

1.6. Sobre os preços referenciais adotados pela Administração, o item 14 ("VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO") deste documento traz a metodologia que foi adotada para este quesito.

1.7. As diretrizes para formação das propostas de preços e os critérios de habilitação estão detalhado no item 23 ("DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR") deste TR.

1.8. A execução se dará por preço global, mas as empresas proponentes devem precificar cada item unitário.

1.9. Todos os serviços, objeto deste TR, serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.

1.10. A Contratada deverá executar todos os serviços de acordo com o Edital, Termo de Referência e seus ENCARTES e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federal, estadual e municipal direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

1.11. A proponente deverá considerar os riscos alocados na Matriz de Riscos da Contratação, Encarte V deste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A execução da obra objeto deste Termo de Referência tem como amparo legal:

I - Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 – Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias;

II - Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

III - Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

IV - Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH 2.0 – RLCE 2.0 – Resolução nº 155, de 28 de abril de 2022 do Conselho de Administração –aprovado em 28 de abril de 2022;

V - Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966 (Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo);

VI - Resolução CONFEA Nº 1137 DE 31/03/2023. Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.

VII - Lei nº 13.161, de 31 AGO 2015 (Cria os regimes de tributação previdenciários–não desonerado e desonerado);

VIII - Instrução Normativa – SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

IX - Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

X - Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 - Dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal

direta, autárquica e fundacional;

XI - Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

XII - Lei nº 13.709/2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD;

XIII - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

XIV - Requisitos de Especificação, Projetos e de Manutenção da Infraestrutura Elétrica para Hospitais 3ª edição.

XV - Parâmetros projetuais para hospitais de ensino e pesquisa da rede EBSEH, – 1ª edição – Produzido pelo Serviço de Manutenção Predial, Projetos e Obras da Coordenadoria de Infraestrutura Hospitalar e Hotelaria – Brasília: Ebserh – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2022.

XVI - Manual de Especificação de Materiais de Revestimento em Hospitais Universitários — atualização de 25/03/2020.

XVII - Manual de Sinalização dos Hospitais Universitários da Rede Ebserh - 2ª edição.

XVIII - Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa pertinentes a cada unidade assistencial, em especial a Resolução RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 e Resolução – RDC/Anvisa nº 51 de 2011, ou suas atualizações;

XIX - Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

XX - Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;

XXI - Orientações Técnica IBRAOP, tais como a OT – IBR 001/2006 – Projeto Básico de Arquitetura e OT – IBR 002 /2009 – Obra e serviço de engenharia;

XXII - Disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100/1985, atualizadas através da Portaria nº 2.296/1997 (Práticas da SEAP);

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), desde sua criação por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é a responsável pela gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres na prestação de serviços de atenção à saúde com excelência. Conforme a Portaria nº 442, de 25 de abril de 2012, é uma das atribuições assumidas pela empresa normatizar e acompanhar as intervenções na infraestrutura física dos hospitais, com a responsabilidade de favorecer a formação profissional de qualidade e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

3.2. A demanda em pauta se justifica em razão da necessidade de se apresentar melhorias nas instalações utilizadas pelo setor de Laboratório Clínico, em atendimento às solicitações determinadas por meio dos termos de intimação 32660497 e 32660602, emitidos pelo Departamento de Vigilância Sanitária e pela Diretoria de Vigilância Sanitária em Saúde do Trabalhador, ambas da Secretaria Municipal de Goiânia. Consta de tais documentos a solicitação para que sejam adotadas providências a fim de:

***"Apresentar projeto básico de arquitetura atualizado, em conformidade com as atividades desenvolvidas e aprovado pela Vigilância Sanitária Municipal (art. 34 da RDC 63/2011);***

***Garantir que as instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, climatização, proteção e combate a incêndio, comunicação e outras existentes, atendam às exigências dos códigos de obras e posturas locais, assim como normas pertinentes a cada uma das instalações (art. 35 da RDC 63/2011);***

***Providenciar para o Laboratório de Análises Clínicas instalações físicas dos ambientes internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza (art. 36 da RDC 63/2011). A estrutura física do Laboratório apresenta-se degradada, com presença de mofo, infiltrações ou desgastes nas paredes, pisos danificados, sanitários de funcionários masculino e feminino inadequados para uso, instalações elétricas e hidrossanitárias inadequadas, comprometendo a segurança dos processos"***

3.3. Dada a identificação da necessidade de implementação de reformas ou melhorias, o Relatório - SEI 73 (32192688), elaborado pela Equipe de Projetos do Setor de Infraestrutura Física (SIF) do HC-UFG/EBSEH, apontou como uma das soluções iniciais a serem adotadas, a contratação de projeto de engenharia para posterior contratação da obra/serviços. O relatório reforça que deverá ser considerado todo o processo de aprovação legal dos projetos junto aos órgãos competentes além da indispensável previsão de responsabilização técnica de profissionais pelas soluções apresentadas. Vale ressaltar que toda e qualquer contratação de obras de

reformas e ampliações, conforme exige parágrafo § 1º, Art. 42, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, necessita de prévia elaboração de projetos, base fundamental para levantamento das quantidades, custos e cronograma de obra.

3.4. Apesar de as atividades a serem contratadas envolverem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, constituindo-se de Projetos Básicos e Executivos multidisciplinares que envolvem engenheiros (civil, eletricitista e mecânico) e arquiteto, o desenvolvimento dos Projetos requer escritórios especializados, dado o grande volume e complexidades do trabalho, além de ser necessários incrementos de mão de obra de outros cargos, técnicos de edificações para cadastros etc, e desenhistas em quantidade adequada, que são tipos de profissionais assistentes técnicos dos quais a Ebserh não dispõe em seu plano de Cargos, Carreiras e Salários. Além disso, a execução indireta dos serviços que demandam a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Planos de Cargos e Salários da Ebserh atende a hipótese de caráter temporário do serviço, incremento temporário do volume de serviços, conforme artigo 4º, inciso I e II do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

3.5. Considerando o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza no exercício financeiro, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, há saldo suficiente para a aquisição.

### 3.6. **Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:**

3.6.1. A contratação de projetos de arquitetura e engenharia busca satisfazer os objetivos da empresa expostos no Mapa Estratégico da Ebserh.

3.6.2. Conforme exposto no Documento de Formalização da Demanda -DFD, trata-se de alinhamento com a estratégia de reestruturação do Bloco Ambulatorial, com o qual se busca humanizar, adequar às normas e recuperar os espaços do HC-UFG/EBSERH.

3.6.3. A Ebserh tem como visão consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o Sistema Único de Saúde - SUS, com propósitos de saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS. No plano de Desenvolvimento Institucional do Mapa Estratégico da Ebserh, almeja-se implementar melhorias na infraestrutura e nas condições de trabalho com foco na assistência no ensino e na pesquisa.

3.7. Como benefícios resultantes desta contratação, além de atender a requisitos normativos, espera-se melhor atender às demandas da sociedade junto ao HC-UFG, agilizar e dar mais segurança aos serviços continuados, contribuindo assim com o desenvolvimento das atribuições legais e regimentais do Hospital voltadas ao cumprimento de sua missão institucional.

3.8. Os resultados a serem alcançados com a contratação encontram-se pormenorizados no ETP.

3.9. O Hospital das Clínicas de Goiás - HC, da Universidade Federal de Goiás - UFG é uma instituição pública federal que realiza atendimento de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um importante ambiente de formação para os estudantes de graduação e de pós-graduação, por meio de estágios e programas de residência médica e multiprofissional. Ao mesmo tempo em que atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, o HC-UFG desenvolve atividades de assistência na área de saúde. Essa junção representa um benefício mútuo tanto para os profissionais capacitados no ambiente do Hospital quanto para a comunidade. Muito importante para o Estado de Goiás, pela reconhecida qualidade da assistência que presta e também pela quantidade de pacientes que atende, sua atuação extrapola as fronteiras do estado, pois o Hospital possui vários programas de referência, tanto em âmbito estadual quanto federal, atendendo muitos pacientes de estados vizinhos.

3.10. Frente ao exposto, demonstra-se evidente a necessidade de contratação de empresa especializada para elaboração de Estudos Preliminares, Projetos Básicos e Projetos Executivos de engenharia e arquitetura para viabilizar a posterior contratação de obras de reforma.

## 4. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, conforme Art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021, voltado para o atendimento a necessidades pontuais, caracterizando contratação por escopo, nos termos do Art. 149, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

4.1.1. A classificação dos serviços a objeto da contratação como sendo comum de engenharia se dar pelo fato de possuir mercado específico de negociação, sendo oferecidos e prestados habitual e independentemente da demanda da Administração Pública, ou seja, existe atividade empresarial habitual que oferece objetos com características homogêneas, competitivamente, no mercado de engenharia e arquitetura. Portanto, existem especificações usuais do mercado relacionadas ao objeto desta contratação.

4.1.2. Tem-se ainda que as condições de desempenho e qualidade para esta contratação estão sendo apresentadas neste Termo de Referência e em seus encartes, ofertando aos proponentes, de forma objetiva, os parâmetros esperados nos serviços a serem prestados.

4.2. A pretendida contratação não se refere a parcelas de um mesmo serviço ou ainda a serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, dentro do mesmo exercício orçamentário.

4.3. As atividades que se pretende contratar são passíveis de terceirização, de acordo com os termos delineados no PARECER Nº 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSEH.

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. A contratação tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, em consonância com o art. 6º, inciso XXI, alínea *a* da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

4.6. Os serviços a serem contratados estão em consonância com o art. 48 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constituindo atividades, materiais acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

4.7. O Termo de Referência da Contratação, juntamente com seus anexos será completo, adequado e suficiente para permitir o entendimento das necessidades do HC-UFG, a elaboração das propostas e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, não havendo, inclusive, necessidade de se fornecer projeto executivo para execução do objeto.

4.8. Após a seleção do fornecedor, serão especificadas as razões de escolha do fornecedor, conforme exige o art. 35, inciso X e art. 83 do RLCE 2.0, por se tratar de contratação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

5.1. A empresa deverá ser especializada no ramo da atividade a ser desenvolvida e cumprir os requisitos da contratação dispostos no Edital.

5.2. As etapas e prazo de execução do objeto será o apresentado no cronograma apresentado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, Encarte A deste Termo de Referência.

5.3. A empresa proponente deverá considerar os riscos alocados na Matriz de Riscos (43847458), Encarte V deste Termo de Referência.

5.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da proponente detentora da proposta o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.5. Para efeitos de qualificação técnica e econômica financeira, a empresa deve apresentar os documentos elencados no Item 23 - Critérios de Seleção do Fornecedor. Demais requisitos de qualificação constarão no Edital.

5.6. A contratação do serviço será de execução única e pontual para atender a demanda da Instituição.

## 6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A CONTRATADA deverá realizar o serviço, objeto do contrato, após a emissão da respectiva Ordem de Serviço ou Pedido de Fornecimento pelo Setor de Infraestrutura Física do HC-UFG/EBSEH.

6.2. **A solução como um todo, as quantidades a serem contratadas em termos de metros quadrados (m²), os documentos, a serem elaborados e as etapas de entrega estão definidos no ENCARTÉ A - Estudo Técnico Preliminar - ETP (itens 6 e 7).**

6.3. Cita-se que o ENCARTÉ D que traz os requisitos para elaboração do orçamento dos produtos, apresenta o PROJETO DE IMPERMEABILIZAÇÃO, PROJETO DE ACESSIBILIDADE, PROJETO DE ACÚSTICA, PROJETO DE LUMINOTÉCNICA e outros correlatos como parte do projeto arquitetônico. O projeto de CANTEIRO DE OBRAS deverá ser entregue como parte do Caderno de Encargos.

6.4. No desenvolvimento dos projetos, os requisitos do ENCARTÉ D serão aplicados quando couber. Havendo divergência entre o disposto no ENCARTÉ D com o apresentado no corpo deste Termo de Referência, prevalece este último.

6.4.1. Os serviços deverão ser coordenados por um profissional da área de engenharia civil, ou de arquitetura, habilitado pelo respectivo conselho (CREA/CAU), com comprovada experiência em serviços do mesmo porte, e, caso seja habilitado no CREA, deverá ter visto de trabalho expedido pelo CREA do Estado de Goiás.

6.4.2. O ENCARTE A - Estudo Técnico Preliminar - ETP, contem, no item 4. Descrição dos Requisitos da Contratação, requisitos que devem ser observados.

6.4.3. A empresa vencedora contratada deverá realizar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial a os citados no item 2 - DA FUNDAMENTAÇÃO, deste Termo de Referência.

6.4.4. Quando se tratar de atividades executadas no Hospital, essas devem se dar em horário comercial e preferencialmente entre 08:00h e 17:00h.

#### 6.5. Da matriz de riscos

6.5.1. A matriz de riscos trata-se de cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, de cada um dos riscos da fase de gestão do contrato, com alocação da responsabilidade para a Contratada, para a Administração ou para a Seguradora, devendo ser observadas as seguintes diretrizes com relação à alocação do risco com base na Matriz de Gerenciamento de Riscos:

6.5.1.1. Quando os riscos estiverem alocados para a Contratada não será possível alegar os mesmos como eventos supervenientes à contratação capaz de ensejar aditamento contratual;

6.5.2. A Matriz de Riscos está detalhada no ENCARTE V deste Termo de Referência.

### 7. VISTORIA PARA O CERTAME

7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Por isso, o interessado poderá realizar vistoria prévia, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.

7.2. Para a empresa proponente que optar por realizar a visita técnica será emitida uma declaração de visita a qual deverá ser devidamente assinada pelo responsável do HC-UFG e pela empresa proponente. Esta declaração devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada juntamente com os demais documentos de habilitação.

7.3. O atestado de visita técnica poderá ser substituído por declaração emitida pela empresa proponente em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

7.4. A visita será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (62) 3644-8085 (Setor de Infraestrutura Física-SIF do HC-UFG).

7.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.6. Para a vistoria o proponente, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.6.1. Em caso de realização de visita técnica, a proponente deverá ter em mãos duas vias preenchidas com os principais dados do Encarte B - Termo de Realização de Vistoria (43846577).

7.7. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a proponente vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1. Trata-se de serviço comum de engenharia a ser adquirido por meio de Dispensa de Licitação em sua forma eletrônica, com base no **art. 79, Inciso I, do RLCE 2.0.**

8.2. O modo de disputa será aberto, com envio de lances por meio *do Sistema de Dispensa Eletrônica.*

8.3. O critério de julgamento será o de **MAIOR DESCONTO.**

8.3.1. O desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do Anexo II - Planilha de Quantidades e Preços, em conformidade ao inciso II, § 4º do Art. 54 da Lei 13.303/2016, não sendo permitido ao PROPONENTE alterar os valores unitários ou globais individuais dos serviços e bens constantes na planilha orçamentária.

8.4. O vencedor será aquele proponente que financeiramente representar o maior desconto líquido conforme equação a seguir:

8.5.

$$\text{Desconto Líquido} = [1 - ((\text{Custos} + \text{BDI} + \text{Desconto})_{\text{OFERTADO}} / (\text{Custos} + \text{BDI})_{\text{REFERÊNCIA}})] \times 100\%$$

8.6. Trata-se de aquisição de serviços comuns de engenharia com valores inferiores ao do inciso I do art. 79 do RLCE 2.0, sendo dispensável a realização de licitação.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,50%. (meio por cento).

8.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

8.9. No preço da proposta deverão estar inclusos todos os custos necessários para a entrega plena do objeto, sendo vedadas quaisquer cobranças adicionais;

8.10. Na consideração do desconto líquido deverão estar inclusos todos os custos necessários para a entrega plena do objeto, sendo vedadas quaisquer cobranças adicionais;

8.11. Na realização de eventuais termos aditivos contratuais, deverá ser mantido o desconto obtido pela Administração por ocasião do certame, em relação ao preço referencial global.

8.12. A PROPONENTE deverá computar no valor dos produtos os custos diretos e indiretos, os insumos (taxas, impostos, fretes, etc.), e todos os gastos que advenham da execução dos serviços, evitando assim a cobrança de qualquer outro valor além dos aferidos na contratação.

8.13. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital da contratação;

8.14. A PROPONENTE deverá ter conhecimento que o Encarte A - Estudo Técnico Preliminar (43983102) é parte integrante do Termo de Referência, constando nele dados que devem ser observados e considerados.

8.15. Para a elaboração da proposta, é facultado a visita técnica ao hospital para conhecimento do objeto.

8.16. Os Critérios de Seleção do Fornecedor estão dispostos no Item 23 deste Termo de Referência e complementadas no Edital.

## 9. DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

9.1. O regimento de execução será o de Contratação por Preço Global conforme previsto no art. 8º, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

9.2. Tal regime de execução foi considerado por ser possível definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados.

9.3. Os serviços serão contratados por escopo, o que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

9.4. A contratada deverá, no desenvolvimento do objeto contratual, atender às normas e legislação relacionadas a construção de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS.

9.5. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU com comprovada experiência em serviços do mesmo porte, e visto de trabalho expedido pelo CREA do Estado de Goiás, quando aplicável.

## 10. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

10.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

10.2. **O prazo para finalização da execução do objeto é de até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da entrega da ordem de serviços**, de acordo com o cronograma apresentado no Encarte R deste Termo de Referência.

10.3. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, com início previsto para 02 de janeiro de 2025, podendo excepcionalmente ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, e em consonância com o art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

10.4. A execução do contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

### 11.1. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1.1. Os prazos de execução do objeto serão contados a partir da Ordem de Serviço (OS), documento que será emitido pela equipe de fiscalização contratual, seguindo o modelo sugestivo de OS que consta no ENCARTE C deste Termo de Referência.

11.1.2. A data de início da contagem do prazo da OS será a data de realização da primeira visita técnica.

11.1.3. Após o envio da OS pelo HC-UFG à Contratada, por meio de mensagem via e-mail institucional ou entrega de documento impresso, esta terá o prazo de 24h (vinte e quatro horas). Ao final deste prazo, caso não haja confirmação do recebimento da OS por parte da Contratada, a OS será considerada como recebida;

11.1.4. Em seguida ao recebimento da OS pela Contratada, a mesma deverá programar com o HC-UFG a realização das visitas técnicas. As visitas deverão observar:

11.1.4.1. A data de realização da primeira visita (de levantamento de dados) deverá ser agendada com a fiscalização em até 24h (vinte e quatro horas), contados do recebimento da OS pela Contratada, e realizada em até 3 (três) dias corridos do recebimento da OS;

11.1.4.2. A duração das visitas deverão estar alinhadas, ser compatíveis e adequadas aos objetivos propostos para a visita e para o desenvolvimento de todas as atividades previstas;

11.1.4.3. Um representante da Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) receberá os colaboradores da Contratada, nas visitas técnicas, viabilizando o acesso às áreas de projeto para levantamento. Observar a necessidade de preenchimento da Lista de Presença (ENCARTE T);

11.1.4.4. O Coordenador Técnico da OS, por parte da Contratada, deverá obrigatoriamente estar presente na visita de levantamento de dados ao hospital (primeira visita) e demais visitas que sejam necessárias. Recomenda-se à Contratada, na ocasião, caso não seja da mesma cidade onde se localiza o HC-UFG, aproveitar a visita ao município para consultar, também os órgãos licenciadores como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e outros pertinentes. Esta etapa é destina-se, também à apresentação das informações técnicas necessárias à análise e aprovação, pelas autoridades competentes, da concepção da edificação e de seus elementos e instalações, com base nas exigências legais (municipal, estadual e federal), e a obtenção do alvará ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades de construção.

11.1.5. Após a visita inicial obrigatória, demais visitas poderão ser solicitadas pela EFC, limitadas a 2 (duas) visitas solicitadas pela EFC, ou solicitadas pela Contratada, sem limites, conforme a necessidade observada devidamente justificadas, efetuando o agendamento prévio entre ambas as partes.

11.1.6. A duração das visitas e a equipe mínima presente nestas poderão ser alteradas em comum acordo com a Contratante e ocorrerão conforme detalhamento que consta no **Quadro 06**.

**Quadro 02 : Detalhamento das visitas para execução dos serviços.**

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	EQUIPE MÍNIMA RESPONSÁVEL
1ª visita	Visita aos ambientes de intervenção da OS com elaboração de documento descritivo do levantamento físico, de dados e das necessidades da área de intervenção, conforme ANEXO D. para verificar solicitações específicas.	Coordenador Técnico; e os profissionais responsáveis técnicos pelos projetos.
Demais visitas	Visitas adicionais poderão ser solicitadas pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC), limitadas a 2 (duas) visitas solicitadas pela EFC, ou solicitadas pela Contratada, sem limites, conforme a necessidade observada devidamente justificadas, efetuando o agendamento prévio entre ambas as partes.	Coordenador Técnico; Os profissionais responsáveis técnicos pelos projetos

11.1.7. Além das visitas previstas, a Contratada poderá utilizar outros recursos de comunicação, quando necessário;

11.1.8. Para cada visita ao hospital, a Contratada deve apresentar o Relatório de Visita, conforme descrito no ENCARTE D, além de Registro de Reunião (segundo modelo sugerido no ENCARTE I ou outro adotado pelo HC-UFG) que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis. A Contratada deve enviar o Relatório de Visita em formato digital à EFC;



11.1.9. Os representantes da Contratada devem estar identificados com por meio de crachá com o nome da empresa e vestimentas adequadas ao ambiente hospitalar, além de portarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados quando necessários, a serem fornecidos pela Contratada.

11.1.10. Recomenda-se que o prazo destinado à elaboração dos produtos de cada etapa seja também utilizado para alinhamento dos produtos em fase de elaboração, análises prévias dos produtos pela Contratante, ajustes prévios dos produtos pela Contratada, entre outras atividades, objetivando a diminuição de revisões dos produtos e o acompanhamento no decorrer da execução dos trabalhos.

11.1.10.1. As revisões de produtos que apresentem aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o programa de necessidades acordado são ilimitadas, até ao atendimento das necessidades.

11.1.10.2. Após a emissão da OS, a Contratada poderá propor novo cronograma de execução das etapas de cada OS, desde que o prazo final não ultrapasse os prazos máximos definidos nos quadros acima. Este cronograma deverá ser apresentado à Fiscalização na reunião inicial, realizada na primeira visita, ou em até 3 (três) dias após à realização desta reunião. A Contratante deve analisar o cronograma na reunião inicial ou em até 2 (dois) dias úteis da apresentação da proposta.

11.1.10.3. Os cronogramas previstos no ETP apresentam os prazos limites para entrega dos produtos das etapas, podendo a Contratante propor a redução dos prazos de execução, sem nenhum ônus adicional, situação a ser avaliada e aceita pela Contratante para assim poder ser posteriormente formalizada, sendo o novo cronograma o aplicável à OS.

11.1.10.4. Em casos de atrasos ocasionados pela Contratante, a Contratada deve revisar o cronograma definido na reunião de alinhamento, sem ônus a ambas.

11.1.10.5. Poderá a fiscalização da Contratante requerer alteração nos documentos técnicos da OS mesmo após ter expedido a sua aprovação. Nestes casos, as alterações não podem implicar em re-análise dos projetos por parte dos órgãos fiscalizadores, não podem trazer alteração no orçamento da futura reforma que exceda 10% do valor inicialmente orçado e somente poderão ser solicitadas uma única vez, para um conjunto de um ou mais tipo de documento técnico elaborado (exemplo: pode ser feita uma solicitação de alteração que contemple modificações nos projetos de combate ao incêndio e arquitetônico, bem como no orçamento elaborados na OS). O exposto neste item pode ser utilizado somente no caso seja de alguma das seguintes situações:

11.1.10.5.1. Verificação posterior da necessidade de modificação nos documentos técnicos para atender a alguma exigência de órgão fiscalizador, situação de descumprimento de norma técnica ou situação que traga risco à utilização do local quando este for ser reformado;

11.1.10.5.2. Possibilidade de economia no custo da futura obra/reforma a realizar.

11.1.11. As disciplinas de projeto recebidas serão analisadas pelo Setor de Infraestrutura Física (SIF) do HC-UFG, podendo ser adotada a seguinte dinâmica:

11.1.11.1. Tão breve quanto possível a contratada finalize a versão do projeto, este pode ser remetido para análise.

11.1.11.2. O profissional do SIF responsável pela análise do projeto pode, caso necessário, requerer informações do projetista para dirimir dúvidas durante sua análise, podendo ser por meio telefone ou por reunião presencial ou virtual, ou outro meio disponível.

11.1.11.3. O profissional do SIF apontará em documento as possíveis necessidades de alterações da versão do projeto apresentado e enviará a Análise ao projetista responsável ou ao coordenador de Projetos.

11.1.11.4. De posse da Análise, o projetista poderá marcar uma reunião com o profissional do SIF responsável, para acertos ou melhor compreensão das alterações solicitadas.

11.1.11.5. O projetista, então, realizará as alterações e submeterá novamente para análise oficial do SIF.

11.1.11.6. O profissional do Setor de Infraestrutura Física (SIF) do HC-UFG responsável pela análise do projeto não terá o papel de revisor ou de compatibilizador do projeto: a Contratada ao submeter o projeto, seja em nível preliminar, básico ou executivo, estará ciente de que este poderá ser aprovado sem ressalvas; e erros posteriores detectados será de culpa exclusivamente da Contratada, exceto se se tratar de questões das quais a decisão do profissional do SIF fosse imprescindível naquele momento da análise.

11.1.11.7. Na Elaboração do Orçamento, parte integrante do projeto, a contratada deverá observar, entre outras, as Súmulas, Acórdãos e Orientações relacionadas abaixo:

a) Súmula nº 258 do TCU (Proibição de termos genéricos para unidades de medida em orçamentos, tais como “verba”, “eventuais”, “diversos”, etc);

- b) Acórdão 2.622/2013–TCU–Plenário (Padroniza o cálculo do BDI e o valor médio da administração local);
- c) Acórdão 2.984/2013–TCU–Plenário (Pesquisa de Mercado);
- d) Acórdão 2.595/2021–TCU–Plenário (Uso de sistemas privados de referência de custos para obras e serviços de engenharia);
- e) Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU–2014;
- f) Orientações aos Agentes da Administração da DGO/SEF–FEV 2021–Versão 3.0;
- g) Orientações técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP;

11.1.12. Mesmo após a finalização da OS a Contratante terá direito a demandar uma atualização do orçamento (e documentos complementares, vide item específico do ENCARTE D) em seus preços unitários, se necessário e solicitado pela fiscalização do HC-UFG, bem como a Contratada se compromete a estar à disposição para dirimir dúvidas na futura execução da reforma, no prazo de até 3 anos contados da formalização do Termo de Recebimento Definitivo da OS, conforme declaração a ser formalizada pela Contratada em documento, seguindo o modelo do termo de compromisso do ENCARTE Q.

11.1.13. Os produtos devem ser entregues conforme estabelecido no ENCARTE D, observado também o disposto no seu preâmbulo.

11.1.14. Necessária a elaboração da planilha de orçamento nas versões onerada (não desonerada) e desonerada, e as curvas ABC de serviços e de insumos.

11.1.15. A Contratante poderá a qualquer tempo interromper a execução dos serviços em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado em processo administrativo tais como contingenciamento de créditos orçamentários, alterações no cronograma de repasses dos recursos financeiros, acidentes na obra, impasse na definição das alocações relacionadas ao perfil assistencial e impedimento técnicos em decorrências dos ensaios, laudos e análises realizados em cada etapa. Nesses casos compete a Contratante efetuar as medições e pagamentos dos serviços executados, entregues e aprovados assim como Termo Aditivo de supressão dos serviços remanescentes e não executados.

11.1.16. Quanto à padronização dos produtos, é necessário adotar as recomendações:

11.1.16.6. Seguir os manuais técnicos de desenvolvimento de projetos da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA) e demais normativas relacionadas e a Resolução - RDC/Anvisa nº 50 de 2002, ou a que vier substituí-la;

11.1.16.7. Conter todos os elementos para caracterizar a obra, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite avaliar, detalhadamente, os custos a execução da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, com a finalidade de minimizar a necessidade de sua reformulação, ou de variantes, durante as fases de execução da obra;

11.1.16.8. Conter, entre outros aspectos, a identificação de todos os elementos constitutivos do empreendimento; as soluções técnicas globais e localizadas e a identificação e especificações de todos os serviços, materiais e equipamentos a incorporar obra.

11.1.16.9. Para assegurar a uniformidade, homogeneidade e qualidade visual, os elementos gráficos serão padronizados no que se referem ao formato das folhas de desenho, normas de escrita e simbologia, devendo ser observadas as determinações da ABNT a respeito e ainda:

11.1.16.10. Em todos os serviços devem ser empregadas as respectivas terminologias e simbologias técnicas. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário;

11.1.16.11. Os desenhos do projeto (plantas, maquetes eletrônicas, etc), deverão ser entregues, preferencialmente no formato BIM (extensão *.ifc*) e AutoCad (extensão *.dwg*), compatíveis com visualizadores de imagens, leitores de extensão *.pdf*, programas do pacote Microsoft Office e similares, em versão atualizada, observando que os padrões de prancha a serem utilizados são: “A0, A1, A2, A3 ou A4”, conforme a necessidade e norma ABNT atualizada, ou formatos alongados derivados destes.

11.1.16.12. As plantas serão numeradas por meio de código alfanumérico, permitindo identificar o projeto, o número da prancha dentro do projeto e a referência a outros projetos, se for o caso.

## 11.2. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.2.1. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.2.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, em especial os anexos/encartes técnicos de especificações.

11.2.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

11.2.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme citado no item 8 ("DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO") deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

11.2.4.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

11.2.4.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2.4.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.2.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores do IMR, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.2.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 83 da Lei 13.303 de 2016.

11.2.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.2.8. As reuniões realizadas devem ser documentadas por Registro de Reunião, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis, conforme ENCARTE I.

11.2.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 85 da Lei 13.303 de 2016.

11.2.11. Cabe ao **Gestor do Contrato**:

11.2.11.1. Emitir Ordem(ns) de Serviço (OS);

11.2.11.2. Coordenar o processo da execução contratual;

11.2.11.3. Acompanhar o processo de fiscalização com vistas ao cumprimento do Contrato;

11.2.11.4. Fiscalizar os profissionais envolvidos nas etapas de análise de projetos por parte da Contratante, monitorando os tempos de resposta à Contratada, visando trazer celeridade ao andamento dos trabalhos para que a área técnica retorne o mais breve possível os encaminhamentos, buscando sempre a otimização do tempo, evita ao máximo o descumprimento dos prazos estabelecidos para cada etapa das OS, prazos estes que serão contabilizados em dias úteis sempre que não houver clara indicação;

11.2.11.5. Acionar profissionais de outras áreas técnicas do hospital, assim como GT indicado no item 7.5.2.4, sempre que necessário para prestar apoio à fiscalização técnica na aprovação de produtos das suas respectivas áreas, coordenando as atividades destes outros profissionais e cobrando retorno em tempo hábil ao andamento da OS. Por exemplo, acionar profissionais do serviço de segurança do trabalho para análise de projeto de combate ao incêndio e pânico ou profissionais do setor de tecnologia da informação para apoio na análise de projetos de cabeamento estruturado;

11.2.11.6. Verificar a conformidade da prestação dos serviços ou fornecimento dos produtos contratados;

11.2.11.7. Atestar notas fiscais em conjunto com o(s) representante(s) da EFC;

- 11.2.11.8. Analisar/Aprovar mudanças solicitadas pela EFC;
  - 11.2.11.9. Informar à Ebserh Sede caso haja necessidade de mediação de conflitos;
  - 11.2.11.10. Certificar quanto à comprovação das despesas e prestação dos serviços contratados, atestando, juntamente com a EFC, os documentos comprobatórios, e/ou registrando e justificando fatos que impeçam o cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos;
  - 11.2.11.11. Ratificar toda e qualquer alteração na execução do Contrato, proposta pela EFC, submetendo inclusive, se necessário, à análise e autorização das instâncias superiores do HC-UFG;
  - 11.2.11.12. Emitir, quando receber os produtos, o(s) Termo(s) de Recebimento de Etapa(s) (TRE);
  - 11.2.11.13. Emitir, quando aprovados os produtos, o(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo(s) (TRD);
  - 11.2.11.14. Avaliar qualquer alteração contratual, emitindo parecer com a análise de alteração;
  - 11.2.11.15. Avaliar/autorizar sanções à Contratada, quando indicado pela EFC por conta de falhas na execução dos serviços e de acordo com o estabelecido nos Quadros 11 e 12 do item 13 do Termo de Referência.
- 11.2.12. Cabe aos **fiscais técnicos da EFC**:
- 11.2.12.1. Elaborar parecer técnico de recebimento dos produtos, para subsidiar aprovação da(s) Nota(s) Fiscal(is);
  - 11.2.12.2. Emitir, o mais breve possível, Parecer Técnico com observações referentes às revisões encaminhadas pela Contratada, respeitando os prazos para devolução dos apontamentos e possíveis correções, que serão contabilizados em dias úteis de retorno de parecer sempre que não houver clara indicação;
  - 11.2.12.3. Através de seu representante formalmente nomeado, atestar Nota(s) Fiscal(is) em conjunto com o Gestor do Contrato;
  - 11.2.12.4. Fiscalizar e monitorar a execução, de modo que sejam cumpridas as condições (objeto, prazos, vigência) estabelecidas nas Cláusulas Contratuais;
  - 11.2.12.5. Monitorar execução dos serviços e, caso necessário, solicitar aprovação de novo cronograma para o Gestor do Contrato;
  - 11.2.12.6. Comunicar, via e-mail ou documento formal, ao Gestor do Contrato e à Contratada sobre eventuais falhas, atrasos, ou fatos relevantes que possam inviabilizar o cumprimento do objeto do Contrato, dos prazos estabelecidos, propondo a solução ou penalidades ou outras sanções, quando for o caso;
  - 11.2.12.7. Informar ao Gestor do Contrato, quando necessário, possíveis riscos que possam inviabilizar ou dificultar a execução;
  - 11.2.12.8. Prestar, sempre que possível, auxílio à Contratada no que diz respeito ao fornecimento de informações e/ou documentos técnicos pré-existentis de modo a auxiliar na elaboração dos produtos contratados;
  - 11.2.12.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de arquivos, materiais e informações julgadas pertinentes à execução do Contrato, na forma estabelecida no Termo de Referência;
  - 11.2.12.10. Recusar qualquer serviço prestado fora das especificações, bem como qualquer documento ou Nota Fiscal apresentados em desacordo com as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e no Contrato;
  - 11.2.12.11. Participar das discussões acerca do Programa de Necessidades, a fim de definir-se as diretrizes de projeto e padrão de qualidade pretendido, em sua área específica de atuação;
  - 11.2.12.12. Avaliar qualquer alteração contratual, emitindo parecer técnico.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas e aplicando as sanções necessárias conforme cada caso.

- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.
- 12.5. Comunicar aos Órgãos de Classes CREA e/ou CAU sobre posturas não compatíveis com a conduta ética-profissional de técnicos da Contratada no que se refere às atividades desenvolvidas no âmbito do contrato, sempre por escrito e de posse de documentos comprobatórios.
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 12.7. Exigir a reparação de vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante na Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 12.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 12.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 12.8.3. evitar a comunicação direta com colaboradores e subcontratados da empresa Contratada sem a participação ou ciência do Coordenador de Projeto;
  - 12.8.4. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 12.8.5. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.12. Arquivar os documentos técnicos elaborados nesta contratação, bem como os termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.13. Exigir da Contratada a entrega dos produtos desta contratação nas condições e prazos estipulados neste Termo de Referência, anexos e encartes, exigindo as aprovações junto aos órgãos fiscalizadores por parte da Contratada;
- 12.14. Atender ao disposto na Matriz de Riscos (ENCARTE V 43847458);
- 12.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 12.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 12.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2. Designar um profissional que atuará como seu representante junto a Contratante, podendo este ser o próprio representante legal ou funcionário designado para tal atribuição.

- 13.3. Prestar informações, a qualquer tempo, do andamento dos serviços à Contratante, fornecendo todo o esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 13.4. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.5. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.7. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, os quais deverão ser executados de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, no Contrato, seus anexos e encartes.
- 13.8. Responsabilizar-se pela realização de possíveis alterações/correções exigidas pelos órgãos competentes para aprovação dos projetos, a qualquer tempo, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sem ônus para a Contratante.
- 13.9. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, com o nível de formação e qualificação exigidos no edital.
- 13.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 13.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, informando sobre riscos iminentes observados durante as visitas ao hospital.
- 13.13. Realizar visitas ao Hospital para verificação das necessidades do projeto, em razão da adequação dos projetos e especificações às peculiaridades do local.
- 13.14. Fornecer os materiais, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos.
- 13.15. No caso da necessidade de ensaios ou inspeções invasivas à infraestrutura do hospital (demolições em forros e paredes para verificação de instalações embutidas, cortes em tubulações, retiradas de quadros, coleta de corpos de prova em estruturas, etc) para coleta de informações, caberá à Contratada formalmente repassar à Contratante a justificativa da necessidade da inspeção e a metodologia de como estas atividades serão realizadas. Esta justificativa e a metodologia serão avaliadas e precisarão ser aprovadas pela fiscalização da Contratante para ser colocada em prática. Caberá à Contratada a responsabilidade pela reparação das instalações e estruturas que passarem por ensaios ou inspeções invasivas, incluindo todos os custos de recomposição.
- 13.15.1. No item acima inclui-se demolição parcial de forros para inspeção de sistemas e instalações.
- 13.16. Agendar e realizar a visita em horários adequados ao funcionamento do setor que sofrerá intervenção e à fiscalização.
- 13.17. Providenciar, às suas custas, o saneamento das falhas detectadas mesmo após a entrega final do projeto, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada.
- 13.18. Caso haja demora ou o não atendimento de correção por falha técnica de projetos detectada durante o período de execução da obra que implique em gastos ou prejuízos ao construtor ou ente público a Contratada de projetos será responsabilizada e arcará com os custos.
- 13.19. Assegurar a reparação física e/ou financeira de qualquer dano ou prejuízo que venha causar direta ou indiretamente a pessoas e/ou bens de propriedade ou não da Contratante, durante a vigência do contrato, assumindo os vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) c/c o art. 76 da Lei 13.303 de 2016, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.20. Fornecer todas as condições necessárias aos seus empregados para a execução dos serviços, bem como se responsabilizar pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de despesa ou indenizações demandadas por seus empregados, judicial ou administrativamente.

- 13.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- 13.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do certame;
- 13.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 13.27. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.27.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.27.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.28. Retirar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela Contratante, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado.
- 13.29. Disponibilizar, durante as visitas aos hospitais, equipe, suporte, ferramentas e Equipamento de Proteção Individual (EPI) suficientes para os levantamentos de modo a não impactar nas atividades dos membros da fiscalização.
- 13.30. Utilizar do vocábulo e padrões da língua portuguesa adotados no Brasil para desenvolvimento de projetos, memoriais, estudos e documentações complementares.
- 13.31. Adotar para o desenvolvimento do trabalho contratado todas as normas nacionais de desempenho e, complementarmente, as estrangeiras quando as nacionais não trouxerem padrões e resolutivas.
- 13.32. Garantir pronto atendimento durante a execução da futura obra encaminhando com maior brevidade possível correções de projeto solicitadas que sejam vinculadas a erros técnicos de projeto detectados somente durante a execução da obra.
- 13.33. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 13.34. Responsabilizar-se pelo disposto nas respectivas propostas e pelos atos dos seus representantes legais.
- 13.35. Emitir as Notas Fiscais/Faturas com o CNPJ da proposta/documentos da habilitação, apresentados na Licitação.
- 13.36. Identificar na Nota Fiscal as especificações dos serviços, o número do contrato e número da ordem de serviço.
- 13.37. Isentar a Contratante da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referentes aos serviços cujo fornecimento compete à Contratada, bem como por reclamação de seus empregados.
- 13.38. Assumir as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a Contratante.
- 13.39. Realizar as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- 13.40. Cumprir o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Práticas SEAP (Portaria MARE nº 2296 de 1997), as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados e aos insumos

fornecidos.

13.41. Apresentar à Contratante, por ocasião da execução dos serviços sob demanda, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrada junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

13.42. Responsabilizar-se pela tramitação e aprovação dos projetos nos órgãos competentes, de acordo com as especificidades e legislação aplicável a cada projeto. As despesas com o cadastramento e análise dos projetos pelos órgãos competentes serão pagas pela Contratada, observando-se o teto de 5% do valor do item de projeto contratado da respectiva área que deve ser aprovada.

13.43. Todos os documentos e projetos deverão conter assinaturas válidas legalmente, sendo feitas através de assinatura eletrônica com certificação digital (ICP-Brasil) ou, nas vias impressas, à caneta e de próprio punho.

13.44. Manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita do Contratante.

13.45. A elaboração dos projetos e a coordenação dos trabalhos serão executadas por profissionais habilitados, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), nos termos da Lei nº 6.496 de 1977 e disposto na Resolução nº 1.007, de 05/12/2003, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), de acordo com o (ENCARTE M).

13.46. Respeitar rigorosamente, no que se referem a todos os empregados utilizados nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará, assegurando aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho, com base no art. 77 da Lei 13.303 de 2016.

13.47. É de responsabilidade da Contratada:

13.47.1. Gerir o contrato, colaboradores e sub-contratadas;

13.47.2. Elaborar os cronogramas das OS e suas revisões de acordo com o andamento dos projetos e a validação da equipe de fiscalização;

13.47.3. Elaborar os cadernos de encargos;

13.47.4. Garantir a uniformidade e qualidade dos produtos entregues pela empresa em diferentes disciplinas e padrões e normativos estabelecidos pela Ebserh.

13.48. O Coordenador Técnico de Projetos ficará encarregado da coordenação da Elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia. O Coordenador Técnico de Projetos deve:

13.48.1. Integrar a equipe da Contratada;

13.48.2. Ter formação em Arquitetura ou Engenharia e apresentar registro profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

13.48.3. Garantir o cumprimento dos prazos estipulados no cronograma da OS;

13.48.4. Garantir a integração e compatibilização entre os projetos de arquitetura e engenharia, atentando para as relações e necessidades mútuas, bem como entre os projetos, caderno de encargos, orçamento e cronograma físico-financeiro;

13.48.5. Revisar integralmente os produtos antes das entregas, garantindo o cumprimento do estabelecido nas especificações do ENCARTE D.

13.48.6. Ser responsável por todas as tratativas com os representantes da Contratante para esclarecimentos de dúvidas, obtenção de informações e definições dos projetos, cabendo a ele programar e coordenar as reuniões entre os diversos profissionais da equipe e as visitas técnicas;

13.48.7. Apresentar Relatório de Revisão dos produtos em resposta aos itens do parecer técnico de análise elaborado pela fiscalização.

13.48.8. Responder pela Contratada nas entregas das etapas e se responsabilizar pelo desenvolvimento multidisciplinar na elaboração dos projetos, inclusive compatibilização de todos os projetos;

13.48.9. Comparecer às visitas técnicas e reuniões de apresentação de produtos, supervisionando seus colaboradores e subcontratados que realizarão atividades no hospital;



13.48.10. Unificar os elementos informativos dos desenhos, com padronização de pranchas, simbologia, numeração, referência e outros correlatos. Da mesma forma, abrangerá a integração e consistência dos documentos complementares, tais como Memoriais Descritivo e de Cálculo, Especificações Técnicas, Orçamento, Relatório Técnico (Resolução - RDC/Anvisa nº 51 de 2011) e Cronograma Físico-Financeiro da obra;

13.48.11. Solucionar eventuais ocorrências, mesmo após o recebimento definitivo dos serviços, de conflitos entre os projetos.

13.49. Sobre a substituição de qualquer profissional:

13.49.1. Durante a execução do contrato, caso haja necessidade comprovada de substituição de qualquer dos profissionais, esta só poderá ser efetivada após autorização formal expressa da Contratante, devendo o substituto ter capacitação, experiência e qualificação técnica devidamente comprovadas, equivalentes ou superiores às do profissional substituído;

13.49.2. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito e devidamente justificada pela Contratada. Deverá ser apresentada a proposta para aprovação do novo profissional, com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído. A proposta de substituição deverá ser apreciada e formalmente aprovada pela Contratante;

13.49.3. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos;

13.49.4. A Contratante poderá requerer a substituição do profissional a qualquer momento, caso ele demonstre incapacidade técnica, negligência e incompatibilidade técnica com a equipe da Contratante. O prazo para a substituição do profissional será de até 5 (cinco) dias corridos e ocorrerá de modo que não interfira nos prazos finais de entrega dos produtos.

13.50. No caso da execução de ensaios em campo, observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

13.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias aos documentos técnicos a serem fornecidos nesta contratação, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos. O custo com a realização de ensaios custeados pela Contratada está limitado à 5% do valor total da Ordem de Serviço.

13.53. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, representantes técnicos da Contratada deverão participar das visitas técnicas ao HC-UFG conforme estipulado no item 11.1 deste Termo de Referência.

13.54. Atender ao disposto na Matriz de Riscos (ENCARTE V).

13.55. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.56. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.57. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.58. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;

13.59. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

13.60. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.61. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

13.62. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

13.62.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

13.62.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

13.62.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

13.62.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.63. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.63.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.63.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.63.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

13.63.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

13.63.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.63.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.63.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

13.63.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**13.64. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:**

13.64.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

13.64.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

13.65. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

13.66. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

13.67. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

13.67.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos ou projetos básicos desenvolvidos e seus anexos e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

13.68. Executar, às suas expensas, mesmo após a finalização da OS, uma atualização do orçamento (e documentos complementares, vide item específico do ENCARTE D) em seus preços unitários, no prazo de validade do ENCARTE Q, se solicitado pela Fiscalização técnica do HC-UGF.

13.69. Manter compromisso de estar à disposição para dirimir dúvidas na futura execução da reforma, no prazo de até 3 anos contados da formalização do Termo de Recebimento Definitivo da OS, conforme declaração a ser formalizada pela Contratada em documento, seguindo o modelo do termo de compromisso do ENCARTE Q.

**14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 132.061,46 (cento e trinta e dois mil e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos) conforme detalhamento apresentado no processo de pesquisa de preços.

14.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e todos elementos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.3. A estimativa foi realizada majoritariamente com base pública, aberta ao público, justificando assim a publicidade, não sendo necessário o sigilo do valor estimado da contratação.

14.3.1. A pretensão de utilizar o critério de julgamento por maior desconto está alinhada com a decisão de divulgar o orçamento da Administração, conforme justificado acima.

14.4. A estimativa de custos da Administração teve como base a pesquisa de preços de mercado e outras fontes, conforme a Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH (Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh).

14.5. Não há viabilidade de definição de custos nos termos do artigo 31 do RLCE 2.0, em virtude de o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) não abranger de custos de projetos ou índices de produtividades de mão de obra locada em elaboração de projetos, sendo, por isso, utilizadas as hipóteses do § 1º e § 2º do artigo 131.

14.6. O preço na proposta deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratual.

14.7. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, a teor do que dispõe o artigo 81, §1 da Lei 13.303/2016 e o artigo 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

14.8. Para a contratação em pauta, variação do valor global de até o limite de 10 % (dez por cento) **não será objeto de aditamento contratual** da planilha orçamentária, conforme disposto no Encarte V - Matriz de Riscos da Contratação.

## 15. EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

15.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio no certame em tela, uma vez que o objeto não apresenta vulto ou alta complexidade que torne restrito o universo de possíveis proponentes/licitantes. Existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência e seus anexos.

## 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

16.1.1. Ao permitir a subcontratação parcial, desde que não seja parcela relevante conforme etapa de habilitação técnica, pretende-se trazer economicidade ao certame licitatório, tendo em vista que a empresa ou o Consórcio vencedor poderá subcontratar empresas locais para efetuar parte dos projetos e os serviços que demandam mais tempo in loco tais como: medições, levantamentos, ensaios e outros estudos técnicos especializados, se aprovados pela equipe de fiscalização.

16.2. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista neste Termo de Referência.

16.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

16.2.1.1. Coordenação do projeto.

16.2.1.2. Elaboração de projeto de arquitetura.

16.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

16.2.2.1. As disciplinas não citadas no item 16.2.1.

16.2.3. De acordo com o §3º, art. 78, da Lei nº 13.303/2016, as empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.

16.2.4. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

16.2.5. É vedada a subcontratação de pessoas jurídicas que estejam participando do certame;

16.2.6. É vedada a subcontratação de pessoas jurídicas que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

16.2.7. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou que tenha participado direta ou indiretamente da elaboração de projeto básico ou executivo.

16.2.8. A subcontratação de parcelas do objeto se justifica por serem parcelas autônomas, especializadas, cuja permissão de subcontratar amplia a competitividade e viabilização da referida contratação.

16.2.9. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

16.2.10. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

16.2.11. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.2.12. A subcontratação de parte do serviço obriga ao registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) por parte de profissional da pessoa jurídica subcontratada, sendo esta uma ART/RRT de serviço relativa à atividade que lhe foi subcontratada, ficando o profissional da pessoa jurídica inicialmente contratada obrigada ao registro de ART/RRT de gestão, supervisão, direção ou coordenação do serviço subcontratado.

16.2.13. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

16.2.13.1. Informar de maneira prévia à equipe de fiscalização do contrato os motivos da subcontratação, da identificação da subcontratada e das razões da escolha;

16.2.13.2. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à equipe de fiscalização do contrato;

16.2.13.3. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

16.2.14. Os atestados de capacidade técnica específicos para as subcontratadas **serão oportunamente cobrados das empresas subcontratadas quando de sua atuação** no serviço ou quando de sua determinação formal no processo com base em sua parcela de execução no objeto.

16.2.15. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a administração pública quanto à qualidade técnica do serviço prestado.

16.2.16. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.2.17.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. DA MEDIÇÃO

17.1.1. Cada um dos projetos serão dimensionados e pagos por etapa concluída conforme disposições do Quadro 6.4 - Quadro de medições do Encarte A - Estudo Técnico Preliminar.

17.1.2. A medição de cada entrega estará sujeita à medição do Índice de Medição de Resultado (IMR) de prazo e qualidade (**Quadro 03**) instituído neste Termo de Referência.

17.1.3. O IMR tem por objetivo garantir que o entregável seja emitido e aprovado no prazo e qualidade estipulados para a Contratada.

17.1.4. A aferição do IMR estará atrelada à entrega de todos os documentos previstos numa linha de entregável, sendo considerado como incompleto a falta de qualquer documento relativo à linha da OS.

Quadro 03: IMR de prazo e qualidade.

Indicador 1	Atendimento ao prazo e qualidade do projeto
Descrição do Indicador	O indicador mensurará se o entregável indicado na Tabela de Entregas e Medições foi emitido e aprovado dentro do prazo estipulado pela Ordem de Serviço acordada entre as partes.
	Nível I - Entrega aprovada dentro do prazo estipulado para emissão da Contratada, ou atraso de até 3 (três) dias corridos, executando pagamento de 100% da linha.
	Nível II - Entrega aprovada com atraso de até 6 (seis) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 98% da linha.
	Nível III - Entrega aprovada com atraso de até 10 (dez) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 96% da linha.
	Nível IV - Entrega aprovada com atraso de até 15 (quinze) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando pagamento de 94% da linha, sendo acionada a sanção contratual de advertência formal.
	Nível V - Atraso maior que 16 (dezesseis) dias corridos do prazo estipulado para emissão da Contratada, executando sanção contratual de multa, conforme previsto neste Termo de Referência, e mantendo pagamento da linha igual ao Nível IV.
Finalidade	Avaliar prazo e qualidade do entregável
Meta a cumprir	Aprovação dentro do prazo estipulado para o serviço da Contratada, sem contar prazo de análise da fiscalização
Instrumento de medição	Data de entrega

Forma de acompanhamento	Cronograma acordado na OS.
Periodicidade	Conforme cronograma de entrega
Mecanismo de cálculo	$\Delta \text{Prazo (DP)} = \text{Prazo de entrega aprovado (PEA)} - \text{prazo de entrega previsto para aprovação (PEP)}$
	Onde:
	$\text{DP} = \text{Variação de prazo medido em dias corridos}$
	PEP = O prazo em dias corridos estipulado somente para a produção do entregável acordado na OS, conforme Termo de Referência para a área solicitada, não contando o prazo de análise da fiscalização.
	PEP = O prazo real em dias corridos para a produção do entregável solicitado na OS, não contando o prazo de análise da fiscalização
Faixas de ajuste de pagamento	$\text{SE DP} \leq 3$ - 100% do valor do entregável
	$\text{SE } 4 \leq \text{DP} \leq 6$ - 98% do valor do entregável
	$\text{SE } 7 \leq \text{DP} \leq 10$ - 96% do valor do entregável
	$\text{SE } 11 \leq \text{DP} \leq 15$ - 94% do valor do entregável
	$\text{SE DP} \geq 16$ - Sanção contratual conforme Termo de Referência
Início da vigência	A partir da data de emissão da OS
Sanções	Conforme previsto no Termo de Referência
Observação	Não se aplica

17.1.5. Em caso de DP maior do que 31 (trinta e um) dias corridos, a Contratada será penalizada com o pagamento de somente 94% do valor, sem prejuízo à apuração de sanção contratual indicada neste Termo de Referência.

17.1.6. A contagem dos prazos para fins de cômputo do IMR será paralisada.

17.1.7. No caso de atingimento de atraso dentro do NÍVEL IV do IMR, será acionada a sanção contratual de advertência formal.

17.1.8. No caso de atingimento de atraso dentro do NÍVEL V do IMR, será aplicada a sanção contratual de multa.

17.1.9. Será facultado à Administração postergar a aplicação de glosa por descumprimento do IMR em quaisquer das etapas de entrega, visando a recuperação de prazo pactuada através de plano apresentado pela CONTRATADA, levando a duas situações, quando da apuração da próxima etapa de entrega.

17.1.9.1. Na hipótese de prazo totalmente recuperado, ficará dispensada a aplicação das glosas decorrentes da apuração de IMR sobre os marcos pendentes, considerando a recuperação de prazo.

17.1.9.2. Na hipótese de descumprimento do plano de recuperação, ainda que haja atenuação do atraso apurado em etapas anteriores, o IMR será apurado de forma retroativa sobre cada marco pendente, isentando os períodos atenuados, por descumprimento do plano apresentado.

## 17.2. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

17.2.1. Após a entrega dos produtos, a Contratante providenciará a verificação e análise da conformidade dos serviços, de acordo com os critérios definidos no Edital, seus anexos e encartes, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

17.2.2. Os comentários, exigências e aprovações da Contratante serão formalizados em documentos próprios e, quando necessário, em indicações nos documentos fornecidos pela Contratada.

17.2.3. Após a aprovação dos produtos de cada etapa, a Contratante encaminhará para a Contratada o Termo de Recebimento de Etapa (TRE), modelo disponível no ENCARTE J, que deverá ser assinado e encaminhado pela Fiscalização.

17.2.4. O TRE formaliza o término de uma etapa e o início do prazo da etapa subsequente.

17.2.4.1. O prazo de formalização do TRE estará incluído nas fases de análise e/ou aprovação da Contratante, presentes para cada etapa da OS conforme visto nos cronogramas do ENCARTE R, deste Termo de Referência.

17.2.5. Para recebimento definitivo será emitido, como instrumento formal para confirmação do término de determinada Ordem de Serviço (OS), o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), conforme modelo disponível no ENCARTE K.

17.2.5.1. O prazo de formalização do TRD estará incluído nas fases de análise e/ou aprovação da Contratante, presentes para cada etapa da OS conforme visto nos cronogramas do ENCARTE R, deste Termo de Referência.

17.2.6. No caso do descumprimento, por parte da Contratante, de prazos de análise e aprovação para etapas ou para a OS como um todo, poderá a Contratada requerer alteração no cronograma da OS, sem riscos de sanções a mesma, em que esta solicitação será analisada pela fiscalização da Contratante.

17.2.7. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do TRE para cada etapa e seguindo os termos abaixo:

17.2.7.1. O valor da Nota Fiscal/Fatura será equivalente a um percentual do valor total da OS, adotando estes percentuais de acordo com o item 6.10. do ETP "DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS", verificando o tipo de OS e a etapa a qual se refere o pagamento;

17.2.7.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade.

17.2.8. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnicos da equipe de fiscalização do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.2.8.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e revisões finais que se fizerem necessários;

17.2.8.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos nos IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.2.8.3. A Contratada fica obrigada a revisar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem incorreções de responsabilidade da própria Contratada, cabendo à fiscalização não atestar a respectiva nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas num TRE ou no TRD.

17.2.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.2.11. A partir do recebimento provisório dos serviços e da emissão da nota fiscal, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.2.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções; e

17.2.11.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

17.2.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (NF), deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão a ordem bancária e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições.

18.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de todas as documentações exigidas no Anexo XI da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

18.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) A proporcionalidade entre os valores apresentados para materiais e mão de obra.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.16.

## **19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

19.1. A Contratada deverá executar todos os serviços de acordo com o Edital, Termo de Referência e seus ENCARTES e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federal, estadual e municipal direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

19.2. No desenvolvimento dos projetos devem ser obedecidas as Normas Técnicas da ABNT (ABNT NBR) e resoluções da Anvisa aplicáveis (em especial a RDC-50).

19.2.1. Justifica-se a adequação com o uso das normas técnicas da ABNT por considerar o entendimento de que nesse sistema de normatização constam requisitos mínimos técnicos de qualidade e de segurança exigidos na execução dos serviços, além de está alinhado com o Art. 39 do Código de Defesa do Consumidor.



19.3. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, em consonância com o art. 98 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

**19.4. Da transferência de conhecimento**

19.4.1. Na presente contratação será assinado o Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais.

19.4.2. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passarão a ser propriedade da Ebserh, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída, conforme Art. 159 do RLCE 2.0.

**20. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 144 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH RLCE 2.0, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

20.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas;

20.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

20.4.1. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

20.4.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

20.4.1.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.1.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.1.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se for emitida por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep, observada a legislação que rege a matéria;

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

20.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.11. Será considerada extinta a garantia:

20.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

20.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.13. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20.14. Será exigida garantia adicional do proponente/licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco) por cento do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas.

## 21. REAJUSTE

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, mesmo que o contrato tenha prazo inferior, respaldando assim a CONTRATANTE de alterações de preço em caso de aditivos de prazo que porventura ocorram.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pela CONTRATANTE, do o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Coluna 39 - Consultoria (Supervisão e Projetos) do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

21.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

21.4. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

21.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.

21.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

21.12. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) da Coluna 39 (Consultoria - Supervisão e Projetos) será utilizado como referência para a equação apresentada em 21.2.

## 22. CESSÃO DE CRÉDITO

22.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

22.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

22.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

22.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

22.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

22.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **23. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **23.1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

23.1.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

23.1.2. Formalização de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

23.1.3. Formalização de declaração de não enquadramento na hipóteses de impedimento indiretos previstos no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

23.1.4. Formalização de declaração vistoria ou de conhecimento do Edital, conforme ENCARTE B;

23.1.5. Formalização de proposta de forma clara e objetiva, em conformidade com este instrumento, na forma do modelo previsto no ENCARTE L;

23.1.6. As empresas proponentes devem encaminhar os documentos comprobatórios de habilitação e aceitação da proposta. Devem ser entregues com sumário, ordenados e paginados. Além disso, a proposta de preços deve seguir o modelo indicado no ENCARTE L deste TR.

### **23.2. DA PROPOSTA DE PREÇO**

23.2.1. Conforme cita o ENCARTE N ("MODELO DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA") deste TR, a empresa proponente deverá apresentar a seguinte relação de documentos para concorrer a este certame:

- 23.2.1.1. Declaração de Vistoria, ou de dispensa de vistoria, conforme modelo do ENCARTE B;
- 23.2.1.2. Proposta de Preços, conforme modelo do ENCARTE L;
- 23.2.1.3. Declaração de Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico, conforme modelo do ENCARTE O;
- 23.2.1.4. Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, conforme modelo do ENCARTE P;

23.2.1.5. Detalhamento da taxa de BDI proposta, seguindo o modelo sugestivo do ENCARTE S;

23.2.1.6. Além dos documentos supracitados, a empresa proponente deverá apresentar a documentação de qualificação jurídica e econômica, conforme exigido no Edital e de qualificação técnica, conforme exigido no item 23("CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR") deste Termo de Referência.

23.2.2. Além disso, o ENCARTE N ("MODELO DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA") deste TR apresenta a formatação que deve ser dada às propostas a serem encaminhadas pela proponente. Tal formatação deve ser observada e atendida pelas concorrentes ao certame.

23.2.3. Na proposta de preços deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto deste certame bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) proposta, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Também os ensaios, inspeções, levantamentos, laudos, testes que se fizerem necessários para a posterior elaboração dos produtos desta contratação deverão estar inclusos no custo unitário de cada item da proposta apresentada pelo proponente.

23.2.4. As taxas específicas de aprovação de projetos em órgãos públicos serão de ônus da Contratada, bem como as taxas de cadastro de profissionais para elaboração dos projetos.

23.2.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

23.2.6. O HC-UFG/Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos proponentes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os concorrentes, conforme art. 62, § 2º do RLCE 2.0.

23.2.7. Serão considerados potencialmente inexequíveis, as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado para a contratação; ou

II - valor do orçamento estimado para a contratação.

### 23.3. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

23.3.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

### 23.4. CRITÉRIOS DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

23.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa proponente;

23.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

23.4.2.1. Aptidão econômica da proponente para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

23.4.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

23.4.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

23.4.2.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

23.4.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

23.4.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério

da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

23.4.3.1. A exigência acima é feita considerando os riscos para esta Administração na hipótese de se firmar contrato com empresa que não possua qualificação econômico-financeira para suportá-lo, que o contrato a ser firmado se refere à substituição de equipamentos de uso hospitalar essenciais para o atendimento de pacientes, se estabelece o percentual em questão para aquelas empresas que não consigam demonstrar os índices de solvência solicitados no item 23.4.1, a fim de comprovar que as mesmas possuem qualificação econômica necessária para contratar com este Hospital.

## CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

23.5. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação dos documentos que serão elencados mais abaixo:

### 23.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO- OPERACIONAL:

23.6.1. Comprovação de registro ou inscrição da empresa proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos regulamentadores de suas atividades.

23.6.1.1. A vencedora do certame, sendo empresa de engenharia, deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição da empresa no CREA do estado de Goiás no ato da celebração do contrato, em consonância com o Acórdão do TCU, nº 1.889/2019 - Plenário.

23.6.2. **Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por empresa pública ou privada, comprovando aptidão da empresa para prestação de serviços de complexidade similar ou superior ao objeto desta contratação, tendo executado projetos voltados à área de assistência à saúde com aprovação na Vigilância Sanitária.**

23.6.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

23.6.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017;

23.6.5. A empresa proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

23.6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos da contratação sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e no Edital.

23.6.7. O (s) Atestado (s) ou Certidão (ões) deverá (ão) contar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- c) Nome da empresa prestadora do(s) serviço(s);
- d) Data de emissão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

23.6.8. Deverá ser apresentado **Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria** em que conste, alternativamente, que conhece as condições do locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. Os modelos de atestados de vistoria ou de dispensa de vistoria estão como anexos do Termos de Referência. Os dois modelos constam no Encarte B (43846577).

23.6.9. Deverá ser apresentado declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto deste certame, conforme modelo a ser apresentado no Termo de Referência.

### 23.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

23.7.1. Nos termos do art. 58, inciso II da Lei 13.303 de 2016, a comprovação de capacidade técnico-profissional será restrita às parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes.

23.7.2. Em termos de qualificação técnico-profissional, deverá cada empresa proponente apresentar:

23.7.2.1. Uma ou mais Certidões de Acervo Técnico (CAT) que comprove ter executado projetos, para cada especialidade apontada como parcela de maior relevância no item 23.6.2. deste Termo de Referência. Deverão ser anexadas a estas certidões as suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). Serão consideradas parcelas de maior relevância desta contratação as seguintes:

23.7.2.1.1. **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL DE SAÚDE (EAS).**

23.7.2.2. Comprovação do vínculo profissional entre a empresa proponente e o responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta, que pode ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional (Acórdão nº 1450/2022-Plenário; Acórdão nº 872/2016-Plenário).

23.7.2.3. Poderão ser apresentados outros profissionais com títulos diversos dos acima citados, desde que apresentem certidão do Crea indicando a atribuição respectiva, obedecendo as prerrogativas da RESOLUÇÃO CONFEA 218/1973 e demais Leis vigentes.

23.7.2.4. A Capacidade Técnica mencionada acima poderá ser fracionada em mais de um atestado.

23.7.2.5. No decorrer da execução do objeto o responsável técnico indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

23.7.2.6. Os profissionais indicados pela Contratada, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão obrigatoriamente ser responsáveis técnicos dos projetos objeto do certame, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante.

23.7.2.7. O mesmo profissional pode acumular mais de uma área de atuação, desde que comprove a atuação por Certidão de Acervo Técnico (CAT).

23.7.2.8. A área de atuação pode ser executada por um profissional diferente do apresentado no quadro 05 acima, desde que regulamentado pelo conselho de classe e comprovada a atuação por CAT.

23.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.9. Poderá ser admitida, **para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço**, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

23.10. A empresa proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## 24. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

24.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

24.1.2. **Multa de:**

24.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

24.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

24.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante dos quadros **06 e 07**, abaixo; e

24.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

24.1.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.1.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

24.2. As sanções previstas nos subitens 23.1.1 e 23.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os quadros **06 e 07**:

**Quadro 06**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

**Quadro 07**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
10	Entregar os produtos fora da padronização e das premissas, após apontamentos da Fiscalização. Por ocorrência.	01
11	Não entrega da ART ou RRT na etapa solicitada. Por projeto ou orçamento.	01
12	Entregar produtos com aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o programa de necessidades acordado e/ou normas vigentes. Após 2ª notificação. Por ocorrência.	04

24.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 24.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 24.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 24.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 24.4.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 24.4.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 24.4.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 24.4.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 24.4.8. não mantiver a proposta;
- 24.4.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 24.4.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

24.6. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

24.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

24.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

24.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

24.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

24.12.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei n.º 12.846/2013.

## 25. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL E ECONÔMICA E DE ACESSIBILIDADE

25.1. As cláusulas de sustentabilidade ambiental, social e econômica e de acessibilidades desta contratação encontram-se no Encarte A - Estudo Técnico Preliminar (43983102);

## 26. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. Há disponibilidade orçamentária para a aquisição do objeto em questão:

**Fonte 1000A002XX ND 339039 - PRHOSUS - através do Plano de Custeio constante do Acordo Organizativo de Compromissos (AOC) 2024 (36408836) firmado entre este HU e a Administração Central da EBSERH, natureza de despesa 339039.**

## 27. ALTERAÇÃO SUBJETIVA



27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 28. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

28.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), ao seguinte:

- 28.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 28.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 28.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 28.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 28.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 28.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 28.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

28.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- 28.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 28.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 28.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 28.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

29.2. As condições estabelecidas neste Termo de Referência farão parte do contrato de prestação de serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

## 30. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

30.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação (EPC) instituída pela Portaria - SEI nº 600, de 30 de setembro de 2024 (42875823), estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, e com o interesse e a conveniência da Administração.

*(assinado eletronicamente)*

**DANILO AUGUSTO SANTANA DE SOUZA**

Chefe do Setor de Infraestrutura Física - Coordenador da EPC-  
SIF/DLIH/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**RUTINALDO DA CONCEIÇÃO**  
Engenheiro Civil  
SIF/DLIH/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**JADER DE ALENCAR VASCONCELOS**  
Engenheiro Eletricista  
SIF/DLIH/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**DANIEL MOTA DA SILVA SOBRINHO**  
Assistente Administrativo  
SIF/DLIH/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**LUCIOMAR DIAS MARINHO**  
Arquiteto  
SIF/DLIH/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**ALCENO ADALBERTO HOLLENBACH**  
Chefe da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho  
USOST/DivGP/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**LUCIA APARECIDA BRAS**  
Assistente Administrativo  
UCL/DAF/GAD/HC-UFG

(assinado eletronicamente)  
**KARLA MAYSIA SILVA SANTOS**  
Técnico em Segurança do Trabalho  
USOST/DivGP/GAD/HC-UFG



Documento assinado eletronicamente por **Rutinaldo Da Conceicao, Engenheiro(a) Civil**, em 06/11/2024, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mota da Silva Sobrinho, Assistente Administrativo**, em 06/11/2024, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Augusto Santana de Souza, Chefe de Setor**, em 06/11/2024, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciomar Dias Marinho, Arquiteto(a)**, em 06/11/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jáder de Alencar Vasconcelos, Engenheiro(a) Eletricista**, em 06/11/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Maysa Silva Santos, Técnico(a) em Segurança do Trabalho**, em 06/11/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alceno Adalberto Hollenbach, Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho**, em 06/11/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Aparecida Bras, Assistente Administrativo**, em 11/11/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43983230** e o código CRC **DE180DDF**.

---

**Referência:** Processo nº 23760.019882/2024-66 SEI nº 43983230